

Alcoa: o imediato, o imprescindível e nós

ANJO T CORTIÇO :: 13/06/2020

Alcoa: Lo inmediato, lo imprescindible, nosotros

O anúncio por parte da transnacional Alcoa do fecho das instalações de produção de alumínio no complexo de S. Cibrao (mantendo de momento a produção de alumina) ativou a luta sindical em defesa dos 530 postos de trabalho diretos atingidos pela decisão patronal, que também poria em perigo até 300 postos mais de empresas auxiliares. Uma luta obreira pela continuidade dessa parte do complexo industrial que conta com um apoio maciço na comarca da Marinha, dado o peso económico que esta indústria tem no seu entorno.

Falamos dumha empresa das denominadas eletrointensivas, dada a brutal quantidade de energia elétrica que necessita para desenvolver o seu processo produtivo (e não esqueçamos a este respeito o trato de favor estatal que supõem, entre outras ajudas, os “custes de interrompibilidade” que a convertem numha empresa subsidiada). Umha empresa, aliás, altamente contaminante pelas suas emissões de gases causantes do aquecimento climático e a sua geração de resíduos. Umha empresa que depende dumha matéria prima trazida do exterior. Umha empresa que está orientada cara a exportação, não cara a satisfação das necessidades do povo galego, um exemplo do modelo colonial de indústria de enclave historicamente rejeitado pelo soberanismo. E umha empresa cuja viabilidade económica no contexto global parece duvidosa de qualquer maneira, como têm indicado economistas como Xoán Doldán ou, recentemente, Maria do Carme Garcia Negro.

Todas estas questões devem ser tidas em conta à hora de analisarmos a problemática de Alcoa. É necessária a defesa dos interesses materiais imediatos de muitas famílias de classe trabalhadora e da economia dumha comarca, infeliz e irracionalmente dependente dumha só empresa sem que em 40 anos se desenvolvessem alternativas, presos como estamos dum curtoprazismo suicida (tanto empresas e instituições como partidos de esquerda e sindicatos); mas isso não nos exime, ao menos a quem nos consideramos soberanistas e de esquerdas e mesmo anticapitalistas, de incluirmos na nossa análise e alternativas as problemáticas antes mencionadas, e mais ainda considerando o cenário de crise ambiental e de progressiva escassez de recursos que temos que enfrentar.

Não podemos ignorar estas questões, nem deixar de colocá-las acima da mesa se pretendemos ser sérios e queremos evitar cair na postura populista e demagógica que defende, ou dá a entender por omissão, que Alcoa (por exemplo) pode seguir onde está indefinidamente e nas mesmas condições. Isto é especialmente necessário para quem se situa no campo revolucionário, porque as organizações políticas revolucionárias deveriam distinguir-se por ter umha visão geral e de longo alcance e não podem limitar-se a repetir consignas sindicais sem ir além.

Também devemos ter mais prudência à hora de qualificarmos de estratégica para a Galiza

umha empresa que depende totalmente de matérias primas alheias, espoliadas aos povos africanos (destruindo ao mesmo tempo os seus territórios e meios de vida), e dumha produçom energética que nos últimos tempos também dependia do carvom importado para a central térmica das Pontes. Se o estratégico para a Galiza som empresas tam altamente dependentes do exterior mal vai a nossa futura soberania. Estratégico si seria apostarmos por um setor primário forte baseado na soberania alimentar e na agroecologia, mas isso poucas vezes se defende desde alguns setores da nossa esquerda, que nom parecem preocupar-se muito com esta questom, ainda que a crise induzida do agro acabasse com dezenas de milhares de postos de trabalho e contribuisse a vaziar ainda mais essa parte do País que nom é a AP-9.

Assi, é possível defender a nacionalizaçom do complexo para resolvermos a questom mais imediata, a do emprego atual das pessoas que vem perigar o seu meio de vida, mas sempre ao lado dum plano de diversificaçom económica (e nom só industrial) com sustentabilidade ambiental e rumado a satisfazer as nossas necessidades, que permita evitar um colpaso económico na zona o dia que a empresa fechar definitivamente.

Só um matiz sobre a reivindicaçom da “nacionalizaçom”. Tampouco isso fará a empresa mais “nossa” no contexto atual. Umha hipotética estatalizaçom poria-a nas maos do Reino de Espanha, onde como é bem sabido já estivo, e nom do povo trabalhador galego nem da nossa naçom.

Alcoa, as centrais térmicas, Ence... boa parte da nossa indústria é colonial. Um modelo que nos foi imposto e que tem consequências nefastas no laboral e no ambiental. As primeiras estamo-las a ver agora com a perda de postos de trabalho, as segundas fôrom e som ignoradas de maneira geral (e sabemos que nom há pior cego que o que nom quer ver). É claro que sem soberania nom poderemos atingir um modelo industrial autocentrado e que responda às nossas verdadeiras necessidades, mas também o é o facto de que qualquer modelo industrial que na Galiza podamos ter no futuro vai estar determinado pola realidade física da míngua progressiva de muitas matérias primas e fontes de energia e que deveria estar guiado pola necessidade imperiosa de nom destruímos de vez a base material que permite a vida humana.

<https://galiza.lahaine.org/alcoa-o-ediato-o-imprescindivel>